

O PSD REPRESENTA ESPERANÇA



Na Lourinhã, perante uma sala cheia de militantes, simpatizantes e autarcas da área Oeste, Luís Montenegro reafirmou que o PSD está vivo, com “entusiasmo, com vontade de mudança, com ideias e com programa”, preparado para ganhar eleições, a começar já nas próximas autárquicas



pág. 8

PARLAMENTO

200 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1822: PORTUGAL NÃO TEM DONOS

Num discurso em plenário, o vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Alexandre Poço, afirmou que “Portugal não tem donos” e essa é a lição que se retira, ainda hoje, dois séculos depois da Constituição liberal



pág. 10

LOCAIS

VILA DE REI REIVINDICA MÉDICO DE FAMÍLIA

A Assembleia Municipal de Vila de Rei aprovou uma moção, por unanimidade, através da qual reivindica a colocação de um médico de família na Unidade de Cuidados de Saúde Primários (UCSP), onde 30% dos utentes não têm clínico atribuído



pág. 14

REGIONAIS

AÇORES SÃO REFERÊNCIA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DA EUROPA

O Presidente do PSD/Açores falava na sessão de abertura do 1.º Encontro Interparlamentar do PSD no Parlamento Europeu, que decorreu em Ponta Delgada nos dias 21 e 22 de setembro



EMÍLIA SANTOS
Diretora do "Povo Livre"

CIAO ITÁLIA

O ato eleitoral decorrido no passado fim de semana, em Itália, mudou de forma muito significativa a geografia política desse país, com decisões que, certamente, poderão ter impacto na Europa.

Logo os arautos da esquerda e extrema-esquerda se lançaram, de forma violenta, contra esta decisão dos eleitores italianos, alertando para o risco do extremismo, esquecendo-se que eles próprios são partidos de extremos. Convém não esquecer que, até há um ano, os partidos de extrema-esquerda e antieuropeístas participavam na governação do governo português, numa geringonça inventada para afastar o PSD de Passos Coelho do Governo. Aliás, apesar da geringonça estar, neste momento, desfeita, mantêm-se em funções muitos ministros que têm passado político em partidos radicais de esquerda, pelo que, apesar de se ter mudado ligeiramente a capa, a ideologia continua.

Será importante destacar o facto de os eleitores italianos terem dado uma clara mensagem de disrupção em relação ao passado mais recente da democracia italiana, não só pela escolha política, mas também pela elevada taxa de abstenção que superou um terço dos eleitores, valores considerados muito elevados para a realidade daquele país. Um duplo sinal de alerta, portanto, para os sistemas democráticos clássicos baseados no bipartidarismo.

Claro que a Itália já nos habituou a este tipo de resultados, a variações políticas mais ou menos de extremos, como foi o caso das lideranças de Silvio Berlusconi, também com governos mais de direita, mas não tão conservador como o partido Irmãos de Itália, de Giorgia Meloni.

Também não deixa de ser verdade que estes movimentos conservadores, ou mesmo ultraconservadores, têm já ramificações um pouco por toda a Europa, como se constata com maior evidência na Polónia, Hungria, Espanha, Suécia, França e até Portugal.

Mas, sendo democratas, devemos saber analisar o fenómeno político e respeitar a vontade dos eleitores, sem fazer condenações ou tomar conclusões de forma precipitada.

No entanto, sabemos que, pela análise do ideário político do partido, ou coligação de partidos que irá agora liderar o Governo de Roma, a visão conservadora dos mesmos poderá colidir com algumas das ideias formadas sobre liberdades e garantias, mas mais no plano interno. Ao invés, se o tema for a integração europeia, saliente-se – e isto é muito importante – que não se trata de uma força política antieuropeia.

Daqui se pode concluir que, apesar da mudança, não é de crer uma alteração significativa ao nível da política externa, do que é a praxis das políticas da união e das suas regras. Até porque o Programa de Resolução e Resiliência não é apenas uma realidade portuguesa: no caso italiano, representa um cheque de cento e quarenta mil milhões de euros, sendo que a gestão italiana tem fortes amarras a esta necessidade, pois a sua dívida pública cifra-se atualmente nos 153% do PIB, o que é também muito limitativo no que concerne a política externa.

Se é verdade que a Itália necessita da Europa, também não é menos verdade que a Europa também necessita da presença económica de Itália para o seu sucesso coletivo, pelo que qualquer forma de disrupção com aquilo que é a política comum traria consequências para ambas as partes.

Esperemos, pois, que na formação do Governo sejam encontradas personalidades com uma visão europeísta e com o compromisso responsável de manter a Itália dentro daquilo que é o espírito ativo de um membro da União Europeia e da zona euro, ainda para mais num período tão instável e difícil como o que atualmente vivemos.

Assim, devemos estar atentos e seguir com interesse os próximos desenvolvimentos que levarão à constituição do Governo de Roma, tendo como certo que se trata não só de um país fundador da União, como um dos mais fundamentais na sua homogeneidade.

Luís Montenegro na Lourinhã

O PSD REP ESPERANÇ



O PSD está vivo, com "entusiasmo, com vontade de mudança, com ideias e com programa", preparado para ganhar eleições, a começar já nas próximas autárquicas.

Perante uma sala cheia de militantes, simpatizantes e autarcas da área Oeste, dia 23, Luís Montenegro enalteceu "o sentido de convívio e de unidade" social-democrata, que é "um sinal de esperança para a Lourinhã e para Portugal". "Sim, estamos vivos, sim, nós estamos de volta, sim, nós estamos aqui para ganhar as eleições autárquicas de 2025", afirmou.

O Presidente do PSD declarou que é preciso "privilegiar o interesse coletivo" em detrimento de "questões menores". "Queremos um partido sereno, mas convicto, unido e coeso na diversidade das nossas opiniões, próximo das pessoas, que sinta os problemas, os anseios, as inquietações, os objetivos que cada pessoa (...) tem para si e para as suas vidas", apontou.

PRESENTA ÇA



A partir da Lourinhã, Luís Montenegro reafirmou que o PSD não deixará de fazer a denúncia dos “erros e omissões da governação socialista” e continuará a “ser o partido mais democrático de Portugal”.

Com “o trabalho que o PSD está a desenvolver” de Norte a Sul, será possível “convencer” os eleitores e, dessa forma, acabar com o ciclo de pobreza dos governos socialistas. “Mais uma vez está demonstrado que o PS, quantos mais anos fica na governação, pior fica o país. (...) O Governo está em roda livre, são uns contra os outros. (...) O país está a ficar mais pobre. Nos últimos 27 anos, o PS governou 20”, sublinhou.

Luís Montenegro garantiu que quer combater as “desigualdades”, “investir mais na saúde e educação” e em todos os setores onde a governação não está a produzir resultados e agrava a vida das pessoas, não obstante os portugueses estarem a pagar cada vez mais impostos. “Nunca como hoje, as pessoas, as empresas, as instituições pagaram tantos impostos (...) Ao mesmo tempo que damos mais impostos ao Estado temos de retorno menos qualidade dos serviços”, especificou, lamentando que o PS não tem sabido aproveitar “os bons ventos da economia”.

Antes do jantar, o líder do PSD encontrou-se com agricultores na empresa Simples & Frescas, no concelho da Lourinhã.



MINISTRO DA ECONOMIA ESTÁ A SER “TRITURADO PELA MÁQUINA SOCIALISTA



O Presidente do PSD está solidário na “substância e na forma” com o ministro da Economia por António Costa e Silva estar a ser “triturado pela máquina socialista” por causa das divergências e contradições do Governo em torno da redução do IRC (impostos sobre as empresas).

No jantar de encerramento do 1º Encontro Interparlamentar do PSD no Parlamento Europeu, dia 22, em Ponta Delgada, Luís Montenegro lembrou a posição de António Costa e Silva, que veio a ser contestada por outros membros do Governo. “Solidariedade na substância, porque concordamos com ele [ministro da Economia] na necessidade de baixar a carga fiscal sobre as empresas, para tornar mais atrativo o investimento. E também solidariedade na forma, porque, sendo ele uma personalidade independente que aceitou ir para o Governo, ainda por cima monocolor de maioria absoluta, estar a ser triturado pela máquina socialista merece do ponto vista democrático, mesmo dos seus adversários, como é o nosso caso, uma palavra de solidariedade. Isto não é bonito”, declarou.

Luís Montenegro sublinha que o ministro da Economia foi “desautorizado em público” pelo ministro das Finanças, por “dois secretários de Estado, incluindo o da Economia” e pelo líder parlamentar do PS.

O líder do PSD diz que reina “a desorganização, a descoordenação e a dissimulação” no Governo, ao ponto de prejudicar os pensionistas. “O Primeiro-Ministro dissimulou um corte de mil milhões de euros no sistema de pensões em Portugal. Podem utilizar o jogo de palavras que quiserem”, disse.

Luís Montenegro considera que Portugal tem “um Governo onde a reina a confusão”, “está em roda livre”, e “não basta ter maioria absoluta para governar”, é “preciso ter liderança”.

A delegação do PSD no Parlamento Europeu e o PSD/Açores organizaram pela primeira vez, em Ponta Delgada, este encontro interparlamentar, que juntou eurodeputados do PSD, membros do Governo Regional dos Açores do PSD, deputados dos Açores à Assembleia da República e os deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. O encontro interparlamentar é uma organização faz parte da iniciativa “Missão Açores”, lançada em 2020 em Bruxelas.



GOVERNO “FALHOU CLAMOROSAMENTE” NA OFERTA DE ALOJAMENTO ESTUDANTIL



Luís Montenegro expressa preocupação com a falta de alojamento estudantil, um problema que se agrava, há vários anos com a governação socialista, e afeta os alunos deslocados das universidades e institutos politécnicos.

O Presidente do PSD, que recebeu na segunda-feira, 26 de setembro, os dirigentes das Federações, Associações Académicas e Associações de Estudantes do Ensino Superior, critica a incapacidade do Executivo de António Costa, que se mostra incapaz de dar resposta às graves carências nesta área. “O Governo falhou, de forma clamorosa, com os estudantes em Portugal quando, em 2018, prometeu duplicar a capacidade de alojamento nas residências universitárias e, cerca de quatro anos volvidos, o número é exatamente o mesmo. Agora, há um novo objetivo para os próximos anos, mas naturalmente grassa muita apreensão no movimento estudantil e há todas as razões para isso”, afirmou.

O líder do PSD apelou, ainda, ao reforço de condições no acompanhamento da saúde mental dos estudantes e defendeu uma execução mais eficaz dos investimentos previstos no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para o Ensino Superior. “O PSD, quer através dos seus órgãos dirigentes e autarcas quer através dos seus deputados irá apresentar propostas neste domínio”, assegurou.



MODELO DE PROTEÇÃO CIVIL IMPOSTO PELO GOVERNO ENFRAQUECE OS BOMBEIROS

O Presidente do PSD critica o Governo por estar a impor um modelo de proteção civil à margem dos bombeiros e, na prática, enfraquece a resposta das corporações. “Vejo com grande preocupação a ausência de um diálogo político e institucional mais transversal no que toca ao desenho e concretização do modelo de proteção civil e da sua relação com a atividade dos bombeiros. Tenho notado um certo enfraquecimento no papel dos bombeiros, dos seus comandos, da sua organização hierárquica face a uma preponderância da proteção civil”, afirmou.

Luís Montenegro, que recebeu o Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, na terça-feira, 27 de setembro, na sede nacional do PSD, exorta o Primeiro-Ministro e o ministro da Administração Interna “para que usem todo o conhecimento acumulado nas instituições, nas associações humanitárias de bombeiros, para que esta alteração não venha a desembocar em maior confusão e em pior serviço prestado às populações”.

O Presidente do PSD exige também que o Governo e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) “paguem aos bombeiros”, “a tempo e a horas”, não só pelos serviços prestados no combate aos fogos florestais, mas também por toda a atividade assegurada às populações. “O Governo está atrasado no pagamento das despesas que os bombeiros tiveram de arcar nos meses passados com as operações nos incêndios florestais. Isso provoca constrangimentos enormes no funcionamento das associações de bombeiros, quer no pagamento das despesas correntes, quer para todas as outras áreas de socorro”, sublinhou, precisando que o combate aos incêndios representa apenas 7% do trabalho feito pelos bombeiros.

Luís Montenegro lembra que, por causa dos atrasos no cumprimento de responsabilidades financeiras, determinadas corporações e associações de bombeiros estão já num ambiente de “quase pré-falência”.

SÉRGIO HUMBERTO ELEITO PRESIDENTE DA DISTRIAL DO PSD DO PORTO

Sérgio Humberto, Presidente da Câmara Municipal da Trofa, foi eleito, dia 24, presidente da Distrital do Porto do PSD, com 95% dos votos.

Liderando a candidatura “A Força de um Distrito”, Sérgio Humberto fixou como metas “aumentar o número de militantes ativos” e “envolver a sociedade civil” na vida do PSD.

Reafirmou ser “um regionalista convicto”, mas disse “estar solidário” com o líder do PSD, Luís Montenegro, e que 2024 “não é o momento para avançar” com o referendo à regionalização.

“Obviamente que eu tenho a consciência que tenho de ser solidário com o líder do PSD, que diz que 2024 não é um momento para a regionalização, porque nós vamos entrar numa crise social, ela já está aí, portanto, e não podemos ocultar que continuarei sempre a lutar pela regionalização”, garantiu.

Quanto a objetivos nas próximas autárquicas, referiu: “O primeiro objetivo é ganhar mais câmaras, mais juntas de freguesia, mais assembleias municipais, depois aumentar o número de militantes ativos e envolver a sociedade civil”.

O autarca garantiu ainda que vai “pegar em temas que estão esquecidos há muito tempo”, dando exemplos: “O Eixo Atlântico, as relações com a Galiza, como é o não exemplo do Infarmed, TAP e assuntos que ainda não foram falados, como por exemplo o Aeroporto Francisco Sá Carneiro, que precisa de obras, e porque não falar de um novo aeroporto nesta região”.

O sucessor de Alberto Machado à frente da Distrital, que também foi eleito Presidente da Secção do PSD do Porto, no sábado, quer também que o distrito tenha “um lugar de destaque” no desenvolvimento de Portugal.



“Não podemos esquecer que a Distrital do Porto tem cerca de dois milhões de habitantes e que é um território altamente produtivo e, portanto, muitas vezes não é compensado pelo Estado Central, que só vê Lisboa”, destacou.

Paulo Rangel, vice-Presidente do Partido continuará a presidir à Mesa da Assembleia Distrital ao passo que no Conselho de Jurisdição o novo Presidente é Pedro Neves de Sousa, e Telmo Viana passa agora a liderar a Comissão Distrital de Auditoria Financeira.

TSD CRITICAM EXCLUSÃO DOS PENSIONISTAS BANCÁRIOS DO “FAMÍLIAS PRIMEIRO”

Os Trabalhadores Social Democratas (TSD) apelaram ao Governo para que, conjuntamente com os sindicatos representativos da banca, encontre uma solução adequada e corrija a “injusta discriminação” que exclui os bancários da prestação suplementar atribuída aos pensionistas em outubro.

“De facto, o anunciado pacote ‘Famílias Primeiro’ não deixa de causar espanto. Para além da circunstância de ser arduo, tardio e escasso, provoca a médio prazo um corte permanente no valor das pensões. Agora prova-se também como discriminatório relativamente àqueles reformados cujas pensões não são atribuídas pela Segurança Social ou a Caixa Geral de Aposentações. Entre outros nesta situação contam-se os bancários, que são diferenciados negativa-

mente face aos demais pensionistas. Tal circunstância, para além de inadmissível, fere o princípio básico de igualdade”, acusam os TSD, em comunicado, dia 22 de setembro.

Para a estrutura liderada por Pedro Roque, “é assim importante que a medida atribuidora do valor extraordinário de meia pensão no próximo mês de outubro abranja, de igual modo, todos aqueles que, após uma vida de trabalho, beneficiam de uma pensão de aposentação para a qual contribuíram. Nem a solução expedita apresentada agora pelo Governo de tentar garantir o mínimo de 125 euros satisfaz minimamente os direitos dos bancários que se sentem, muito justamente, discriminados face aos demais pensionistas”.

200 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1822: **PORTUGAL NÃO TEM DONOS**



O principal legado da Constituição de 1822 é o de que Portugal “não é património de ninguém”, é dos portugueses e da sua liberdade.

Num discurso em plenário, na sessão solene evocativa dos 200 anos do texto constitucional de 1822, sexta-feira, 23 de setembro, o vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Alexandre Poço, afirmou que “Portugal não tem donos” e essa é a lição que se retira, ainda hoje, 200 anos depois.

Dois séculos depois, uma Nação Livre e Independente não pode pôr em causa “o direito à proteção social na velhice”, as “ambições legítimas” das novas gerações, a captura do Estado por interesses particulares, nem condenar à pobreza 2 milhões e 300 mil portugueses.



OS 200 ANOS DE UMA CONSTITUIÇÃO INSPIRADORA*



A primeira Constituição portuguesa foi aprovada há 200 anos pelas Cortes Constituintes. Não por acaso, pela mão de Veloso Salgado, elas estão retratadas na sala das sessões da Assembleia da República, aguçando a imaginação de várias gerações de legisladores. A Constituição de 1822, corolário da Revolução liberal de 1820, é um marco fundamental da história da liberdade e da democracia. Um marco que diz respeito a todas as cidadãs e a todos os cidadãos e que, em especial, deve ser lembrado por todos os que se dedicam à causa pública.

A Constituição de 1822 representou uma rutura com o Portugal absolutista, inaugurando um verdadeiro Estado de direito liberal e democrático. A declaração de liberdades fundamentais é ampla e avançada, escrita numa linguagem acessível a todos. Para os dias de hoje, merece destaque a proteção reforçada que dá à liberdade de imprensa. A consagração do princípio da separação dos poderes e da independência judicial bem como a adoção do princípio representativo têm um significado transcendente. Merece realce a criação de uma câmara parlamentar única, que, ao afastar uma segunda câmara aristocrática, materializa a igualdade efetiva dos cidadãos.

Depois dela, neste ponto, só a Constituição de 1976 lhe seguiria os passos. O controlo parlamentar do poder executivo é bem mais forte do que em muitas das congéneres da época, sendo alargadas as possibilidades de destituição parlamentar dos membros do “Governo” do monarca.

Ela é uma autêntica “Constituição”, não apenas porque garante as liberdades fundamentais e estabelece a separação dos poderes, mas também porque atribui a soberania à nação (e não ao monarca). “A soberania reside essencialmente (isto é, por essência) na Nação”. Nisso se distingue radicalmente da Carta Constitucional. Eis o triunfo da nação sobre o monarca absoluto, que tem de a jurar e reconhecer; não detendo sequer o poder de sanção da mesma ou das suas revisões. O rei não dispõe, ao menos, do poder de dissolver as Cortes. Tudo porque os constituintes acreditavam na soberania da nação, que é “a união de todos os portugueses de ambos os hemisférios”.

A Constituição de 1822 teve uma vida curta e atribulada, vigorando sem grande efetividade em dois breves períodos. Mas a verdade é que se tornou numa referência, numa referência genética, de todos os que amam a liberdade e prezam a democracia. Uma referência para todos os que valorizam o Estado de direito, em que os direitos fundamentais, a separação de poderes e a representação política prevalecem sobre a tirania, qualquer tirania – até a tirania da maioria. Hoje é dia de celebrar, de recordar e de ter orgulho nas raízes democráticas, liberais, progressistas e visionárias dos nossos antepassados que fizeram a Constituição de 1822. Em tempos de incerteza, de ameaças e riscos para a democracia liberal – às vezes, subtis e provindos de lados insuspeitos –, ela é fonte de inspiração quotidiana para a ação política e de guia moral para a liderança política.



VILA DE REI REIVINDICA MÉDICO DE FAMÍLIA

A Assembleia Municipal de Vila de Rei aprovou uma moção, por unanimidade, através da qual reivindica a colocação de um médico de família na Unidade de Cuidados de Saúde Primários (UCSP), onde 30% dos utentes não têm clínico atribuído.

“Neste momento, a UCSP de Vila de Rei dispõe de dois médicos de família, sendo que um deles desempenha funções de diretor executivo do ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) do Pinhal Interior Sul, não estando por isso a desempenhar funções a tempo inteiro e a outra médica de família desempenha a função de coordenadora da UCSP, retirando tempo disponível para o atendimento aos utentes”, referiu a Assembleia Municipal.

Através da moção apresentada pelos deputados municipais do PSD e aprovada com os votos dos restantes deputados municipais salienta-se que, segundo os dados disponibilizados pelo ACES Pinhal Interior Sul, “cerca de 30% dos utentes da UCSP de Vila de Rei encontra-se sem médico de família atribuído”.

“Pese embora a colocação temporária e a tempo parcial de uma médica de família, a mesma já foi recolocada a tempo inteiro na UCSP da Sertã”, sustentaram os deputados municipais.

Adiantaram ainda que o concelho de Vila de Rei, no distrito de Castelo Branco, tem uma população residente de cerca de 3.500 habitantes, “maioritariamente idosa e que necessita de cuidados permanentes de saúde”.

“A juntar a todas estas preocupações verifica-se que os dois médicos de família colocados na UCSP de Vila de Rei se encontram perto da idade da reforma, sem que se afi-



gure visível a colocação de novos médicos de família nesta UCSP”, acrescentaram.

Neste âmbito, a Assembleia Municipal de Vila de Rei reivindicou junto das entidades gestoras do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente ACES Pinhal Interior Sul, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, Administração Regional de Saúde do Centro e Ministério da Saúde, a co-

locação de um médico de família na UCSP, “seja através de contratação direta, através de recurso a médico tarefeiro ou contratualizando o serviço com o setor social ou privado”.

A moção seguiu também para conhecimento da Assembleia da República.

GRÁVIDAS NÃO CONSEGUEM AGENDAR EXAMES NO HOSPITAL DE LEIRIA

Deputados do PSD questionaram, dia 22 de setembro, o Governo sobre as dificuldades que as grávidas têm em agendar exames no hospital de Leiria.

Numa pergunta dirigida ao ministro da Saúde, Manuel Pizarro, os deputados social-democratas PSD questionam o Governo se tem conhecimento de que o Centro Hospitalar de Leiria está a recusar a mulheres grávidas, o agendamento de consultas e exames no primeiro trimestre da sua gravidez.

“Em caso afirmativo, que medidas foram, estão ou serão tomadas para garantir que estas situações de falta de acesso não se voltam a repetir”, perguntam ainda.

Algumas grávidas estão com dificuldade em agendar a primeira consulta, que integra a realização da primeira ecografia e rastreio bioquímico, por falta de resposta do serviço de Obstetrícia do hospital de Leiria. A denúncia foi feita

por médicos de família que se depararam com recusas de agendamento. O Centro Hospitalar de Leiria confirmou as dificuldades pontuais.

O protocolo estipulado em Portugal prevê que os médicos de família encaminhem as grávidas, no primeiro trimestre, para o hospital, a fim de realizarem a primeira ecografia e o rastreio bioquímico, que contribuirá para a deteção precoce de eventuais malformações no feto, adiantou à Lusa um médico de família do concelho de Leiria.

No entanto, nem sempre os clínicos conseguem agendar a consulta das suas utentes. Numa das situações, o médico fez a referência de uma grávida de nove semanas, mas, quando entrou no sistema, o pedido foi recusado pelo Hospital de Santo André, em Leiria.

O Centro Hospitalar de Leiria (CHL), que detém o Hospital de Santo André, confirmou que, “pontualmente, há

dificuldade em responder a todos os pedidos de consulta de Obstetrícia referência do 1.º trimestre - protocolo I (consulta + ecografia + rastreio bioquímico) pelo envio tardio dos respetivos pedidos, ultrapassando a capacidade de resposta em tempo útil e considerando o período de gestação muito restrito para realização do rastreio (entre as 12 e as 13 semanas e seis dias)”.

O CHL informou ainda que o serviço tem “uma capacidade de 16 vagas por semana para a realização deste rastreio, sendo todas ocupadas”.

ANÁLISES REVELAM MÁ QUALIDADE DAS ÁGUAS BALNEARES EM MATOSINHOS

O PSD/Matosinhos revelou ter pedido análises às águas balneares que revelaram a presença de uma bactéria em valor próximo do máximo permitido por lei, pelo que acusa a gestão PS de pôr em perigo a saúde pública.

Em comunicado, o Presidente do PSD/Matosinhos, Bruno Pereira, remete para os resultados de “análises independentes” feitas por iniciativa da concelhia social-democrata às águas costeiras e de transição, a 09 de setembro.

“Os resultados para [a bactéria] ‘E.Coli’ estão próximos do limite máximo permitido e acima do dobro do valor considerado aceitável”, refere o PSD, acrescentando ter tido acesso a “inúmeros relatos de banhistas que, durante toda a época balnear, tiveram de receber tratamento hospitalar e farmacêutico”.

De acordo com o PSD/Matosinhos, “o resultado dos ensaios microbiológicos, demonstra que relativamente à quantificação de ‘E.Coli’ o valor fornecido é de 805”.

“Contudo, a este número está associado um erro de \pm 257,60; por esta razão o valor de doseamento (805) é

acompanhado das seguintes unidades NMP/100 (o que significa: número mais provável em 100 ml). A 805, se associamos o erro positivo de 257,6 temos um valor de 1.063, o que aproxima este valor do limite máximo permitido e se encontra acima do dobro do valor considerado aceitável, com base no Decreto-lei 113/2012”, é descrito no comunicado.

Com base neste resultado, e recordando que, em agosto, foram interditas praias e colocadas bandeiras vermelhas em áreas de Matosinhos (no distrito do Porto) até Ílhavo (no distrito de Aveiro), Bruno Pereira acusa a autarquia liderada por Luísa Salgueiro de “nada” ter feito perante uma “situação que coloca em perigo a saúde pública”.

“O que fez o município de Matosinhos para minimizar este flagelo? Nada. O PSD de Matosinhos e seus autarcas não podem deixar de manifestar a sua preocupação”, lê-se no comunicado.

Bruno Pereira, que é também vereador na autarquia, diz lamentar “a posição de distanciamento que a Câmara Municipal de Matosinhos sempre assumiu sobre esta questão”.

No texto, Bruno Pereira começa por recordar que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) “apurou a presença de valores microbiológicos acima dos parâmetros de referência na água”.

Bruno Pereira também recorda que Luísa Salgueiro é também líder da Associação Nacional de Municípios e considera “impressionante” que se verifiquem linhas de água a desaguar nas praias deste concelho que são “verdadeiros esgotos a céu aberto e nos quais ainda não se corrigiram as ligações indevidas de esgotos”.

Por fim, lembrando que a praia de Matosinhos é uma das principais da Área Metropolitana do Porto, por ser “a única servida pelo metro e frequentada durante todo o ano”, o PSD aconselha a câmara a tomar medidas “por forma a respeitar a saúde pública”.

“Não é aceitável sujeitar a população a estas perigosidades e comprometer a atividade económica e turística de Matosinhos”, termina.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM QUER REDE 5G ATÉ FINAL DE 2023

A Assembleia Municipal de Santarém vai “reivindicar junto da ANACOM” a inclusão do concelho na prioridade de acesso a rede 5G, por ser atualmente um dos que apresenta “maior défice” no acesso à rede móvel e fibra ótica.

“Assim sendo, foi com muita admiração que constatamos que nenhuma freguesia do nosso concelho foi contemplada pela ANACOM para obrigatoriedade de implementação da rede 5G até final de 2023”, afirma uma moção apresentada pela bancada do PSD e aprovada por unanimidade na reunião da Assembleia Municipal de Santarém realizada na sexta-feira à noite.

O texto afirma que são estudos da própria Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) que demonstram a situação no concelho, lembrando que os principais critérios para implementação da rede 5G se prendem com a redução de assimetrias nacionais ao nível de acesso a serviços móveis.

A moção a enviar à ANACOM refere a importância do digital para a fixação de pessoas e empresas no concelho, principalmente nas freguesias rurais, “promovendo a redução de assimetrias regionais e nacionais ao nível do acesso a serviços móveis”, pelo que afirma não se compreender “qual o critério subjacente, para nenhuma das freguesias do concelho ter sido contemplada”.

Os eleitos escalabitanos lembram que a implementação da rede 5G conta com verbas inscritas no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), pelo que “reivindicam” que o concelho seja, também, “dos primeiros a ter acesso” a essa rede, “até no sentido de todos terem as mesmas oportunidades no acesso a redes digitais e assegurar uma maior coesão económica e social facilitando a transição digital”.



Pinhal de Leiria

PSD QUER SABER O VALOR INVESTIDO E O PLANO PREVISTO

Deputados do PSD enviaram, dia 22, uma pergunta ao Governo para serem informados do valor investido durante o ano de 2022 e qual o plano florestal previsto para o Pinhal de Leiria.

Na pergunta dirigida ao ministro do Ambiente e Ação Climática, os deputados questionam o valor investido em 2022 e nos anos anteriores em ações de reforestação e recuperação do património florestal da Mata Nacional de Leiria, também identificada por Pinhal de Leiria ou por Pinhal do Rei, que ardeu em outubro de 2017.

Os sociais-democratas pretendem ainda saber se os montantes orçamentados foram executados na totalidade, qual a área intervencionada em regeneração natural e em plantação florestal e que plano está previsto para alargar a rede primária de defesa da floresta contra incêndios no Pinhal de Leiria.

O pedido de informação estende-se ao plano previsto no Plano de Gestão Florestal.

Os deputados recordam que a Mata Nacional de Leiria foi destruída em mais de 86% da sua área por incêndio florestal.

“Após a devastação de mais de 9 mil hectares, provocada pelo incêndio florestal de 2017, o Governo prometeu uma total recuperação do património natural do Pinhal de Leiria, através da sementeira ou plantação, e da regeneração natural do povoamento florestal. O compromisso levou a várias declarações de membros do Governo, assumindo igualmente uma diversificação de espécies florestais no Pinhal do Rei no futuro”, lê-se no documento enviado à Assembleia da República.

O PSD entende ainda que a “recuperação da Mata Nacional de Leiria manteve-se a um ritmo mais lento do que inicialmente previsto e desejável” e que o “valor investido atualmente parece estar muito aquém do que é desejável para uma recuperação eficaz”.

“Embora o PSD tenha insistido num aumento de 3,5 milhões de euros face ao previsto na lei do Orçamento do Estado 2022 para ações de silvicultura que permitam a reabilitação e o sucesso de regeneração natural no Pinhal de Leiria, a proposta foi rejeitada, estando apenas comprometido um investimento de 1,5 milhões de euros, em 2022 na Mata Nacional de Leiria”, apontam os deputados, ao considerar que é “manifestamente pouco”.

Noutro documento, os sociais-democratas também questionam o Governo sobre a “abertura de um novo concurso para atribuição de Contrato de Patrocínio que possibilite a reavaliação das verbas atribuídas às escolas da região de Leiria, na variante de ensino artístico especializado de música, dança e teatro, com efeitos para os anos letivos de 2022-2023 a 2027-2028, tal como é solicitado pelos autarcas da região de Leiria”, e que “meios financeiros vão ser disponibilizados para evitar a asfixia financeira das escolas de ensino artísticos nos diferentes regimes”.

Estas perguntas surgem na sequência da “recente publicação da lista provisória do concurso para financiamento do ensino artístico especializado”, que “veio confirmar os piores receios quanto à subvalorização das entidades que em concursos anteriores ainda não tenham sido objeto de financiamento”.

“A distribuição de 108 vagas de financiamento, disponibilizadas neste concurso para a região da Comunidade Intermunicipal de Leiria é francamente insuficiente para acompanhar a procura do ensino artístico e o dinamismo das várias escolas que têm desenvolvido e projetado em toda a comunidade atividades artísticas e culturais de relevo”, acrescenta o PSD.

CÂMARA DE BRAGANÇA PEDE AÇÃO DAS AUTORIDADES CONTRA FURTO DE CASTANHA



A Câmara Municipal de Bragança quer mais vigilância e fiscalização por parte das autoridades e agentes de comercialização para prevenir o roubo de castanha, numa altura em que está prestes a iniciar mais uma campanha.

A posição do município surge depois de ouvir as preocupações dos produtores face aos roubos ocorridos em anos anteriores e perante uma campanha que se avizinha “desfavorável”, devido à seca e ao aumento dos custos de produção.

Num apelo, divulgado em comunicado e dirigido à GNR, dia 26 de setembro, aos compradores e à Autoridade para

a Segurança Alimentar e Económica (ASAE), a autarquia “alerta para a necessidade de atuação concertada” entre as diferentes entidades.

A Câmara de Bragança salienta que “a castanha é um produto de extrema importância para a economia do concelho” e uma das produções agrícolas mais rentáveis, com um valor económico anual “de cerca de 100 milhões de euros” para a região de Trás-os-Montes, a maior produtora portuguesa.

Frisa ainda que “para muitas famílias do concelho de Bragança, nomeadamente no meio rural, a venda das castanhas constitui um recurso de enorme importância na sua estabilidade financeira, sendo, por vezes, a sua principal fonte de rendimento”.

O município refere que, “nos últimos anos, tem-se vindo a assistir à ocorrência de situações deploráveis, conforme amplamente noticiado, que consistem no roubo das castanhas, de várias formas, seja nos soutos, seja nos armazéns”.

“Este fenómeno, que tem vindo a intensificar-se exponencialmente, nos anos mais recentes, é promovido por grupos de pessoas, organizadas em hordas, que chegam a ameaçar as pessoas, pondo em causa não só as colheitas como a própria integridade física dos legítimos proprietários das castanhas”, acrescenta.

Para a autarquia, neste ano “especialmente difícil, quer pelas condições climáticas adversas, nomeadamente da

escassez de chuva, quer pela conjuntura económica desfavorável, designadamente ao nível do aumento generalizado dos preços e consequentes custos de produção, é mais importante do que nunca assegurar que os produtores possam retirar o maior proveito possível deste importante recurso”.

“Assim, após reunião com alguns produtores de castanha do concelho, que manifestaram a preocupação pelo fenómeno, cada vez mais frequente, de roubo de castanhas dos soutos, o município de Bragança alerta para a necessidade de atuação concertada”, lê-se no comunicado.

A autarquia pede concretamente para que “por parte da GNR seja providenciada uma efetiva vigilância permanente, em articulação com as populações e com as uniões/juntas de freguesia, no sentido de assegurar a segurança das pessoas, bem como prevenir ou intervir em situações de risco/ocorrência de furtos”.

Dirige-se também aos compradores de castanhas “no sentido de não comprarem as castanhas sempre que existirem dúvidas quanto à sua proveniência e/ou suspeitas ou indícios de que as mesmas possam ter sido furtadas”.

A Câmara de Bragança pede ainda à ASAE “para que sejam promovidas rigorosas e frequentes ações de fiscalização, nomeadamente no tocante à faturação da compra e venda de castanhas e da situação contributiva dos vários agentes económicos”.

NA MAIA, A TRANSIÇÃO PARA O DIGITAL JÁ É UMA REALIDADE



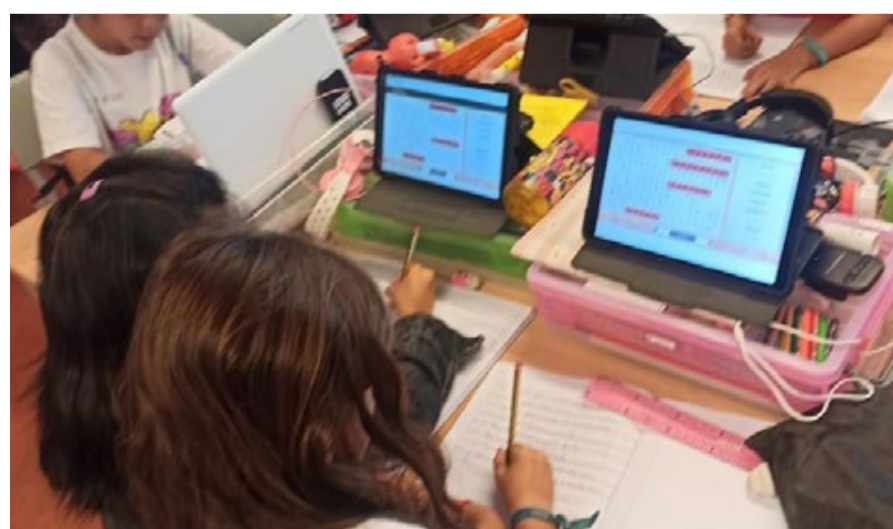
Entrar numa qualquer sala de aula de uma escola pública do 1.º ciclo do ensino básico (e, também, nas salas de atividades do pré-escolar), na Maia, é testemunhar o futuro. Em todas as salas há um painel interativo de última geração, um computador com ligação à Internet e tablets nas mãos de todos os alunos, suportado por um investimento municipal superior a 1 milhão de euros.

Importa sublinhar, em complemento, o projeto SuperTABI, uma metodologia transformadora das práticas pedagógicas que promove uma integração saudável do digital no contexto educativo.

O que, na generalidade do país, poderá constituir um objetivo a alcançar, é, na Maia, uma realidade consolidada ao longo dos últimos anos. Emília Santos, vice-Presidente e vereadora da Educação e Ciência da Câmara Municipal da Maia, afirma que o concelho “se assume há muito como uma referência na área da Educação, em consequência de uma visão estratégica consolidada, assente num trabalho de planeamento que congrega os contributos dos vários agentes educativos – direções escolares, professores, auxiliares, pais e encarregados de educação”.

A emergência do digital, e as potencialidades que traria para o processo de ensino-aprendizagem, permitiu elevar o trabalho para um outro nível. “Procuramos estruturar um caminho que nos permitisse antecipar respostas às necessidades e às exigências colocadas pela sociedade contemporânea. A Educação é fulcral para o desenvolvimento do nosso país, pelo que assumimos a responsabilidade de estarmos muito atentos e de trabalharmos com um horizonte de médio e longo prazo. Queremos ver crescer na Maia gerações com futuro”, explica Emília Santos.

Nesse contexto, a par do acompanhamento pedagógico dado aos alunos, há, a montante, a preocupação de promover formação sólida aos professores. Essa formação incide quer no âmbito do projeto de mudança das práticas pedagógicas, o SuperTABI, quer no contexto da própria utilização do equipamento multimédia – “só este ano, proporcionámos a formação a mais de 460 educadores e professores do pré-escolar e 1.º ciclo, incluindo das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e animadores socioculturais”, conclui Emília Santos.



AÇORES SÃO REFERÊNCIA ESTRATÉGICA PARA O FUTURO DA EUROPA



José Manuel Bolieiro assegura que os “Açores constituem uma referência estratégica para a Europa”. O Presidente do PSD/Açores falava na sessão de abertura do 1.º Encontro Interparlamentar do PSD no Parlamento Europeu, que decorreu em Ponta Delgada nos dias 21 e 22 de setembro, reunindo os deputados social-democratas do Parlamento Europeu, das Assembleias da República e Legislativa dos Açores.

O líder dos social-democratas açorianos considera essencial “mudar o chip das Regiões Ultraperiféricas relativamente ao distanciamento, o isolamento, a pobreza e pequenez”, para colocar os Açores no lugar que ocupam verdadeiramente, pelo “valor que acrescentam à Europa”, salvaguardou.

“Se no entendimento do território incluímos a componente terrestre, tal como se impõe, assim como o espaço marítimo e aéreo, somos uma vantagem competitiva relativamente ao presente, e sobretudo, ao futuro da União Europeia e para Portugal”, ressaltou.

Tal implicará investir na “capacidade reivindicativa e da promoção, de intensificação de princípios como os da coesão territorial, da coesão social, no quadro das políticas públicas comunitárias”, destacou o presidente do PSD/Açores

Para José Manuel Bolieiro, “esta dimensão verdadeiramente marítima da União Europeia deve-se às RUP, que precisam, efetivamente, com justiça, de ver reconhecidas as suas reivindicações para o auxílio ao seu desenvolvimento”, frisou.

Nesse sentido, o dirigente do PSD/Açores elevou que “os Açores são mais importantes que o valor até hoje atribuído”, impondo-se assim uma “afirmação patriótica dos conteúdos afirmativos, em nome do futuro”.

José Manuel Bolieiro apontou os diversos setores para os quais a Região tem colaborado, desde “a economia azul, ao desenvolvimento sustentável, as questões das alterações climáticas, a excessiva carbonização da nossa economia, a aposta na transição digital e energética, como referências para o desenvolvimento sustentável, de uma economia não extrativa, mas mais valorativa dos recursos endógenos”.



Daí que “a disrupção que gostaria de ver sobre a nossa participação na integração europeia é de, em vez da mão estendida, passarmos a ter a capacidade demonstrativa do valor que acrescentamos à Europa”, acrescentou o líder social-democrata.

Isto desde o desenvolvimento sustentável à dimensão marítimo-espacial, “se associarmos à ciência, à inovação, à investigação, um capital endógeno incomensurável para o desenvolvimento futuro do planeta para a importância estratégica e geoestratégica da Europa”, declarou.

Bolieiro confiante em representação do PSD/Açores no Parlamento Europeu em 2024

José Manuel Bolieiro está confiante em integração de candidato dos Açores em lugar elegível na lista nacional do partido às próximas eleições para o Parlamento Europeu, em 2024. “Espero que tenha sido a primeira e a última vez que os Açores não têm um deputado próprio ao Parlamento Europeu”, reiterou.

“Só digo duas vezes: porque é a primeira e a última”, afirmou perentoriamente.

O líder social-democrata açoriano dirigia-se a Luís Montenegro, enfatizando “a solidária, compreensiva e grata relação com o compromisso dos nossos deputados do Parlamento Europeu que assumiram com o projeto Missão Açores”, ressaltou.

O Presidente do PSD/Açores realçou, a propósito, a “profunda convicção que é muito importante termos um representante que pudesse conhecer a orgânica governativa nas grandes causas e prioridades que escolhemos para desenvolver os Açores na próxima década”.

Por outro lado, teceu elogios ao compromisso assumido pelo cabeça de lista ao Parlamento Europeu, Paulo Rangel, com a concretização da Missão Açores que vai além da realização das Jornadas Interparlamentares, nomeando uma açoriana para a defesa das questões açorianas, autonómicas e da ultraperiferia.

“Nota que somos pessoas de palavra, um partido de compromisso e realizações”, sublinhou.

O dirigente dos destinos dos social-democratas nos Açores acredita no “valor acrescentado com que os Açores podem contribuir para a União Europeia pela sua posição geoestratégica, por via da economia verde, da economia azul, transição digital, culminando com o pilar do desenvolvimento social”.

O líder do PSD/Açores está convicto de que “na discussão da estratégia para o futuro da Europa, nós temos relevância e devemos afirmar essa relevância naquela que é a mensagem aos europeus, ao quadro dos seus responsáveis no Parlamento Europeu, na Comissão, no Conselho, no Comité das Regiões”, apontou.

“Temos tudo para não reivindicar como um favor, mas exigir como uma oportunidade o nosso desenvolvimento com a solidariedade da União Europeia”, rematou José Manuel Bolieiro.

PSD DESTACA “REFORÇO DA AÇÃO CONJUNTA” ENTRE AÇORES E MADEIRA



Os líderes parlamentares do PSD nas Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, João Bruto da Costa e Jaime Filipe Ramos, destacaram o “reforço da ação conjunta” entre as duas Regiões Autónomas, materializada na realização da recente Cimeira entre os dois Governos Regionais.

“A Cimeira Açores/Madeira representou o reforço da ação conjunta das Regiões Autónomas na defesa dos interesses povos açoriano e madeirense. Tratou-se de mais um passo no processo de reaproximação entre as duas Regiões Autónomas, iniciado em junho deste ano, com as jornadas parlamentares conjuntas do PSD/Açores e do PSD/Madeira”, afirmaram.

João Bruto da Costa e Jaime Filipe Ramos falavam à margem do I Encontro Interparlamentar, que juntou na ilha de São Miguel deputados do PSD ao Parlamento Europeu, Assembleia da República e Paramentos dos Açores e da Madeira.

Os Presidentes dos grupos parlamentares do PSD/Açores e do PSD/Madeira consideraram “muito relevante” o anúncio da criação de um grupo de trabalho liderado por Eduardo Paz Ferreira para a revisão da Lei das Finanças Regionais.

“É fundamental estabilizar o relacionamento financeiro do Estado com as Regiões Autónomas. Para isso é essencial conceber uma nova de Lei das Finanças Regionais que tenha em conta os princípios da equidade, estabilidade e objetividade”, defenderam.

Segundo os líderes parlamentares do PSD nas Assembleias Legislativas dos Açores e da Madeira, “o princípio da equidade concretiza-se com uma nova Lei que leve em linha de conta as condições estruturais e permanentes de cada Região”.

“O princípio da estabilidade alcança-se com uma nova Lei que seja imune a conjunturas políticas. O princípio da objetividade cumpre-se com uma nova Lei das Finanças Regionais que não permita interpretações subjetivas”, frisaram.

João Bruto da Costa e Jaime Filipe Ramos reafirmaram a importância de existir uma Lei das Finanças Regionais que “favoreça os Açores e a Madeira, em vez de tentar semear a divisão entre as Regiões Autónomas”.

“Rejeitamos quaisquer tentativas de divisionismo neste processo, quer da parte dos agentes centralistas, quer da parte de outras forças políticas que mais não querem

que inviabilizar a revisão da Lei das Finanças Regionais por calculismo partidário”, afirmaram.

Os presidentes dos grupos parlamentares do PSD/Açores e do PSD/Madeira acrescentaram que outra matéria muito importante para ambos os arquipélagos é a necessidade de “desencadear um processo de revisão constitucional dedicado, exclusivamente, às questões relativas às Autonomias”.

“A revisão constitucional deve ter como referências a clarificação dos poderes autonómicos, o fim da vigilância do Estado personificada pelo Representante da República e a estabilização do relacionamento financeiro entre o Estado e as Regiões Autónomas”, defenderam.

João Bruto da Costa e Jaime Filipe Ramos anunciaram ainda que os grupos parlamentares do PSD/Açores e PSD/Madeira pretendem organizar novas jornadas parlamentares conjuntas no primeiro trimestre de 2023, a realizar na Madeira.

Orçamento do Estado para 2023

MADEIRA CONFIA NA “COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL” COM O GOVERNO DA REPÚBLICA

O Governo da Madeira acredita que o “positivismo e a cooperação institucional” com o Governo da República, liderado pelo PS, vão manter-se em sede de Orçamento do Estado para 2023, indicou o secretário regional das Finanças.

“A abertura do Governo da República nesta legislatura tem sido mais positiva e estamos em crer que esse positivismo e cooperação institucional irão se manter também em 2023”, disse Rogério Gouveia.

O governante insular falava após uma reunião com os três deputados do PSD/Madeira na Assembleia da República, que decorreu no Funchal, com o objetivo de preparar os “temas de interesse” que o executivo regional quer inscrever na proposta do Orçamento do Estado para 2023 (OE2023).

Rogério Gouveia destacou o financiamento do novo Hospital da Madeira e a clarificação da comparticipação do Estado, o refinanciamento da região autónoma em 2023 e a dívida dos subsistemas de saúde.

“Foi uma reunião preparatória para manifestar aqueles que são os temas mais prementes a abordar em sede de Orçamento do Estado para o próximo ano”, explicou, indicando estar disponível para auscultar também os três deputados do PS/Madeira na Assembleia da República.

“Nós estamos sempre disponíveis para reunir com todos os deputados. Tenham os deputados interesse em reunir connosco, naturalmente que agendaremos e faremos um



diálogo tão profícuo quanto aquele que tivemos hoje com os deputados [do PSD] aqui presentes”, declarou Rogério Gouveia.

No final do encontro, a deputada social-democrata Patrícia Dantas apontou como “temas pendentes”, para além dos referidos pelo secretário, o subsídio de mobilidade, a requalificação das esquadras da PSP e o funcionamento do

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) na região, bem como “macro temas” como o Centro Internacional de Negócios da Madeira, a revisão da Lei das Finanças Regionais e a revisão da Constituição.

A proposta de Orçamento do Estado para 2023 deverá ser entregue pelo Governo no Parlamento no dia 10 de outubro.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

O OCIDENTE E A AVENTURE (II)

França (III): Reformas ousadas e ambiciosas

● Análise global ao sistema de ensino

A PARTIR DE HOJE

Paulo Portas foi nomeado director adjunto do «Pelo Socialismo»

O director do "Pelo Socialismo", Manuel Moreira, após auscultada a Comissão Política Nacional da JSD, nomeou para o cargo de director adjunto do nosso órgão oficial, o militante Paulo Portas, que até agora desempenhava as funções de chefe de redacção.

Paulo Portas, que foi um dos incentivos da mudança do jornal num sentido mais comunicativo e mais próximo dos seus leitores, com um conteúdo informativo mais alargado e formativo menos pesado (embora sempre presente) era desde Dezembro de 1978, como já dissemos, chefe de redacção do "Pelo Socialismo", funções que, provisoriamente, e até à reformulação do órgão, continuará a exercer.

Jovem militante, Paulo Portas — autor de artigos aqui publicados desde 1974, tendo a partir de 1978 assumido em especial a actividade de organização política — foi nomeado pela Comissão Política Nacional da JSD, tendo integrado o órgão em duas ocasiões. Por esta ocasião, Paulo Portas substituiu o Sr. José António de Almeida, último que ainda



na redacção deste jornal. A equipa do "Pelo Socialismo" deseja-lhe as maiores felicidades no cumprimento das suas funções de que lhe foi incumbido.



exerce. Integrando desde o início a corrente que expressava a vontade de, no III Congresso Nacional, alterar significativamente a direcção política da JSD e a sua conduta, acompanhou e participou de perto na concretização desta movimentação. Imediatamente a seguir ao Congresso da Curia foi nomeado adjunto da Comissão Política Nacional, cargo que desempenhou durante algum tempo. Preferindo, no entanto, dedicar-se mais ao "Pelo Socialismo", Paulo Portas teve papel de relevo na viabilidade provada de um jornal diferente. Mais recentemente foi vice-presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa da JSD, onde esteve encarregue dos assuntos políticos. Em termos de actividade partidária é ainda de referir que Paulo Portas foi o 1.º subscritor da Moção A apresentada ao último Congresso do PSD, e que, por ser de sua iniciativa, pretendeu alargar à JSD a nível nacional esta forma absolutamente nova de participação da vida do PSD, intento que conseguiu através de 75% de assinaturas da moção referida serem oriundas de delegados da JSD.

Considerado como um militante que ascendeu por via das bases e que a elas continua politicamente ligado, Paulo Portas viu assim reconhecido o seu mérito

democrata
tas-feiras
Pelo Socialismo

Edição n.º 260 do "Povo Livre" | de 11 de julho de 1979

Paulo Portas, com 16 anos – faria 17 anos dois meses depois, em 12 de setembro de 1962 – era nomeado director-adjunto do *Pelo Socialismo*, jornal da Distrital da JSD de Lisboa, mantendo-se no cargo até 16 de abril de 1980. Manuel Moreira era o director do *Pelo Socialismo*, que custava 5\$00 (2.5 cêntimos).

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

AVEIRO

Nos termos dos Estatutos Nacionais, convoca-se os militantes da Secção de Aveiro, para reunir em Assembleia de Secção Ordinária, no próximo **dia 7 de outubro, (sexta-feira), pelas 21H00**, no Auditório da Junta de Freguesia de Oliveirinha, sita Rotunda 2 de Maio, nº 1, Oliveirinha - Aveiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Votação das Atas das Assembleias de Secção de 30 ABR 22 e de 12 JUL 22;
2. Informação sobre a Atividade da Secção de 25 MAR 22 a 25 SET 22;
3. Auscultação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Aveiro 2023;
4. Análise da situação política local e nacional.

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estarreja para reunir no próximo **dia 29 de outubro (sábado) de 2022, pelas 15H00** na Sede, sita na Rua Jornal de Estarreja, 109, nesta cidade, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleições para os Órgãos da Secção de Estarreja, das 15H00 às 17H00 a votação decorrerá paralelamente;
 2. Autárquicas 2025; análise do mandato e perspetivas;
 3. Ponto de situação nacional e outros assuntos;
 4. 17H30, Homenagem aos Presidentes da Comissão Política de Secção de Estarreja do PPD/PSD após 25 de Abril de 1974.
- Notas: Nos termos do Regulamento Eleitoral as listas de candidatos para o próximo biénio devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa, ou a quem o substitua, até ao 3º dia anterior ao ato eleitoral.

FIGUEIRA DA FOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção da Figueira da Foz, para reunir no próximo **dia 14 de outubro (sexta-feira) de 2022, pelas 20H30** na Assembleia Figueirense, Av. Saraiva de Carvalho, nº 140, Figueira da Foz, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos de interesse político local.

MARCO DE CANAVESES

ALTERAÇÃO DA DATA DE PLENÁRIO E LOCAL, PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 14 SETEMBRO DE 2022

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Marco de Canaveses, para reunir no **dia 14 de outubro (sexta) de 2022, pelas 21H00**, no Auditório da Sede da Junta de Freguesia de Sobretâmega, sita Rua Direita, n.º 232, Sobretâmega, Marco de Canaveses, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações
2. Relatório de contas 2021
3. Análise da situação política

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Vedras, para reunir em sessão ordinária, a realizar no próximo **dia 22 de outubro (sábado) de 2022, pelas 21H30**, na Sede, sita na Rua 9 de Abril nº 1 A-3º, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política,
2. Saúde no Concelho de Torres Vedras;
3. Outros assuntos de interesse.

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia da Secção de Vendas Novas para reunir, no próximo dia **29 de outubro (sábado) 2022, pelas 19H00**, na Sede Concelhia do partido, sita na Rua da Azinheira, nº 8, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas, para o ato eleitoral, entre as 19H00 e as 22H00.

No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia

VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do Conde, para reunir em sessão ordinária, no **dia 7 de outubro (sexta) 2022, pelas 21H00**, na Sede Concelhia de Vila do Conde, sita na Praça da República nº 7 Sala Dr. Orlando Taipa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política partidária da Secção, Distrital e Nacional;
2. Outros assuntos.

VILA NOVA DE GAIA

ALTERAÇÃO DA DATA DE PLENÁRIO, PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 21 de SETEMBRO DE 2022.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes de Vila Nova de Gaia para uma reunião ordinária da Assembleia de Secção, **dia 10 de Outubro (segunda-feira) 2022, às 21H00**, na Sede Concelhia, sita à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
- 2- Análise da situação política local e nacional

Nota: De acordo com o preceituado no nº2 do artº 69º dos Estatutos, se não estiverem presentes militantes que representem pelo menos metade dos seus membros os trabalhos iniciar-se-ão meia hora após as horas indicadas nas convocatórias.

NÚCLEOS

S. FÉLIX DA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Félix da Marinha, para reunir no **dia 29 de outubro (sábado) de 2022, às 16H00**, em sistema de urna aberta, na Sede de S. Félix da Marinha, sita à Rua de S. Félix, Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de S. Félix da Marinha.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Núcleo do PSD de S. Félix da Marinha ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral. A Sede concelhia está aberta para receção de listas, no último dia das 21H30 às 24H00.

As urnas estarão abertas entre as 16H00 e as 18H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00
email: jsdnacional@gmail.com



AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Arouca, a reunir no próximo **dia 29 de outubro de 2022 (sábado), às 10h00m**, na FAJDA – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Aveiro, sita na Urbanização de São Pedro, União de Freguesias de Arouca e Burgo, 4540-183 - Arouca, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Arouca.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital de Aveiro, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 10h00m e as 12h00m.

I CONSELHO DISTRITAL JSD DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoco o I Conselho Distrital do mandato 2022/2024 para reunir no próximo **dia 29 de outubro de 2022 (domingo), pelas 15h00m**, na sede do PSD Distrital da Guarda sita na Rua Marquês de Pombal na Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1. Informações;

Ponto 2. Análise da situação política atual;

Ponto 3. Eleição dos representantes da JSD para a Assembleia Distrital do PSD;

Ponto 4. Outros assuntos.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital, ou a quem o substitua, até às 23h59m do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na sede do PSD Distrital da Guarda sita na Rua Marquês de Pombal na Guarda ou por correio eletrónico.

O ato eleitoral decorrerá entre 17h45m e às 19h45m no local de realização do I Conselho Distrital.

CONSELHO DISTRITAL ORDINÁRIO DA JSD DISTRITAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital do Porto, a realizar no **dia 10 de outubro de 2022 (segunda-feira) pelas 21 horas**, na sede da Junta de Freguesia de Caíde de Rei sita na Praça de S. Pedro, n.º 1, 4620-073 Lousada com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política;

2 - Outros assuntos.

NÚCLEOS

**NÚCLEO DE GRIJÓ E SERMONDE
(VILA NOVA DE GAIA)**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo de Grijó e Sermonde da JSD Vila Nova de Gaia, para reunirem no **dia 29 de outubro de 2022, pelas 14h00**, na sede do PSD Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Grijó e Sermonde da JSD de Vila Nova de Gaia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14.00 horas e as 16.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Gaia ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

**NÚCLEO DE SANDIM, OLIVAL, LEVER
E CRESTUMA (VILA NOVA DE GAIA)**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo de Sandim, Olival, Lever e Crestuma da JSD Vila Nova de Gaia, para reunirem no **dia 29 de outubro de 2022, pelas 14h00**, na sede do PSD Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Sandim, Olival, Lever e Crestuma da JSD de Vila Nova de Gaia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14.00 horas e as 16.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Gaia ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do sétimo dia anterior ao ato eleitoral.

**ELEIÇÃO DOS DELEGADOS TSD
À ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA DO PSD****Convocatória**

Nos termos estatutários e correspondentes regulamentos eleitorais, convocam-se todos os militantes os TSD-Trabalhadores Social Democratas e simultaneamente militantes do PSD do distrito de Braga, para a **eleição dos 18 Delegados dos TSD** à Assembleia Distrital de Braga do PSD-Partido Social Democrata.

A eleição terá lugar no dia 4 de Novembro de 2022, entre as 18h00 e as 20h00, na sua sede sita à Rua Santa Margarida nº 2A – 2ºD / Sala 6, na cidade de Braga, período em que as urnas estarão abertas para cumprir a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

*Ponto Único – Eleição dos Delegados dos TSD
à Assembleia Distrital de Braga do PSD*

A(s) lista(s), completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 18h00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, ao cuidado da Mesa da Assembleia Distrital de Braga dos TSD.

Braga, 22 de Setembro de 2022

A Mesa da Assembleia Distrital

Francisco Xavier M Santos (Presidente)